



Revista de Políticas Públicas

ISSN: 0104-8740

revistapoliticaspUBLICASUFMA@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

de Matos Lopes Gentilli, Raquel; Moreira Trugilho, Silvia
VIOLÊNCIA E A DESTRUTIVIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL: consequências para as políticas
públicas

Revista de Políticas Públicas, vol. 18, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 523-534

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Maranhão, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321133267015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

VIOLÊNCIA E A DESTRUTIVIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL: consequências para as políticas públicas

Raquel de Matos Lopes Gentilli

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

Silvia Moreira Trugilho

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

VIOLÊNCIA E A DESTRUTIVIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL: consequências para as políticas públicas

Resumo: Este trabalho, um ensaio teórico e analítico, tem como objetivo refletir sobre como a mundialização do capital e sua desregulamentação neoliberal vêm esgarçando a sociabilidade, cuja processualidade fenomênica pode ser observada nas atuais formas de violência. Traz uma reflexão da perspectiva metodológica estrutural e de totalidade, considerando as relações de poder de classe que se materializam no Estado e em suas políticas. Discute as implicações do fenômeno de expansão incontrolável do capital evidenciada nas relações sociais atuais, assim como no Estado, incapaz de responder efetivamente com políticas públicas efetivas. Conclui que indivíduos, segmentos, classes e nações mais vulneráveis encontram-se à mercê dos interesses estruturais internacionais de poder contemporâneos, onde a violência desenha apenas um dos traços civilizatórios atuais da lógica desejáveis e justas.

Palavras-chave: Processo civilizatório, sociedade capitalista, mundialização do capital, violência, políticas públicas

VIOLENCE AND DESTRUCTIVENESS OF CAPITALIST SOCIETY: consequences to public policies

Abstract: This paper, a theoretical and analytical essay aims to reflect about the globalization of capital and its neoliberal deregulation which come fraying sociability, whose phenomenal processuality can be observed in current forms of violence. The reflection is realized structural and methodological perspective of totality, considering the relations of class power and that materialize in the state and its policies. Discuss the implications of the phenomenon of uncontrollable expansion of capital in the current social relations, and how the state is unable to respond effectively to public policies. Concludes that individuals, sectors, classes and more vulnerable nations are at the mercy of international structural interests of contemporary power, where violence draws only one of the current civilizational traits desirable logical and fair.

Key words: Civilizing process, capitalist society, globalization of capital, violence, public policies

Recebido em: 21.08.2014. Aprovado em: 29.09.2014.

1 INTRODUÇÃO

A polissemia do emprego do termo violência pode ser observada em sua aplicação em diversas formas na descrição de fenômenos relativos a conflito de autoridade, lutas pelo poder, vontade de domínio e de posse do outro e de seus bens. A visão mais corrente, entretanto, de emprego do termo se refere à prática de crimes e a de atos delinquentes.

Apesar de o fenômeno estar bastante arraigado na cultura brasileira tanto como processo objetivo, quanto subjetivo, a violência vem se manifestando em sociedades como as ocidentais modernas, de diversas tradições culturais e políticas, não se caracterizando apenas como uma questão brasileira. A frequência e a generalização como a mesma se desenrola simultaneamente em diversos espaços, se assemelham ao fenômeno de uma *pandemia*, e, nesse sentido, pode-se dizer que se trata de um fenômeno que nos marca profundamente como civilização.

Trata-se aqui de refletir sobre como a mundialização do capital e a desregulamentação neoliberal vêm provocando incomensuráveis mudanças na sociedade contemporânea dando origem ao vertiginoso processo de industrialização que arrasta junto consigo mudanças em organizações e práticas sociais, nas identidades culturais e sociais e nos valores simbólicos, esgarçando a sociabilidade, e desta forma, provocando as situações de barbárie que ganham expressão nas diversas formas de violência.

Discutem-se aqui as implicações do fenômeno de expansão incontrolável do capital cujas transformações, marcadas por novos processos, ritmos e formas de racionalização do mundo, produzem repercuções nas diversas formas da vida social. Emergem no mundo do trabalho e se expandem para as práticas sociais pelas inovações introduzidas pelas novas tecnologias. Inundaram a máquina do Estado, associando práticas antigas e novas, se imiscuindo no controle da vida social e nas visões de mundo fundamentadas na lógica

do mercado e na generalização de um modelo de liberdade que só interessa ao mercado, tornando os valores centrais da vida social, tão precários quanto as mercadorias já marcadas para o descarte pela obsolescência programada.

O grande desafio para compreendê-los está exatamente no ponto de convergência de manifestações societárias contraditórias, cujas relações sociais lhe fomentam a origem para relacioná-las às formas fundamentais que transformam a vida social por intermédio da produção das mercadorias, da extração da mais-valia, acumulação do capital e da exploração do trabalho, cujos mecanismos também fomentam a *desrazão* subjacente às manifestações da violência.

Os desafios de implantação de respostas por meio das políticas públicas como enfrentamento aos fenômenos manifestos da violência - em suas várias formas de expressão - , têm consistido num dos mais desalentadores processos para governos, governantes, instituições sociais e públicas. No âmbito do Estado, governantes enfrentam dificuldades para conceberem estratégias para o tratamento da violência como um todo, tomando-a apenas como caso de polícia, onde são criminalizados os segmentos mais vulneráveis da sociedade em detrimento da construção de medidas de uma cultura de paz, da consagração dos direitos de cidadania e de uma cultura democrática na sociedade.

2 ESTADO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Segundo as ideias sistematizadas por O'Donnell (1981), apreendemos a concepção de Estado como aquela instituição à qual – no limite - se pode recorrer para se *invocar o contrato social* de forma tácita ou explícita, de forma sistemática, regular, apoiado em procedimentos, normas e legislações que possam acionar a coerção, a coação, determinados serviços para atender de forma mais ou menos complexa às demandas antagônicas e contraditórias das relações sociais. Ou seja, o controle dos recursos de coerção, econômicos, de

informação e o controle ideológico para exercer a soberania sobre um dado território. Esses aspectos, comumente identificados no debate político, incluem o consentimento mediante o qual

[...] o dominado assume como justa e natural a relação assimétrica de que é parte e, portanto, não a entende nem a questiona como dominação. (O'DONNELL, 1981, p. 73).

Dominação que se manifesta de forma difusa e que separa o capitalista da aplicação direta dos meios de coação, mas não da relação social que a suporta, conformando o *sujeito social* às instituições sociais desta relação dominante. Não se trata, portanto, de uma forma de manifestação direta sobre os sujeitos sociais concretos, mas de uma condição de existência do capitalismo e de sua relação social ou de sua produção e reprodução, como já fora analisada por Marx (1977, p. 301), que assim a resume no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral.

No raciocínio de Marx, a sociedade do capital possui uma dinâmica constante e que se repete como potencialidade autotransformadora pela produção e pela capacidade de se autorrevolucionar. Essa ideia está presente, por exemplo, em sua obra política mais famosa, o Manifesto comunista de 1848, que em companhia de Engels declararam:

[...] a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais [...] (MARX; ENGELS, 2013, p. 12).

Em consequência deste processo que – desde as origens do capitalismo, a intensidade e frequência de suas mudanças, aliadas à incerteza e à agitação que produz na vida social – a sociedade do capital se tornou uma época *sem precedentes*.

A forma contemporânea de organização da economia cria e recria

[...] formas de acumulação originárias [...] como mercantilismos, colonialismos e imperialismos, por dentro e por fora do globalismo [...] (IANNI, 2003, p. 19).

São recriados formas e mecanismos sociais geo-históricos que revelam novas singularidades locais, porém o que o autor atribui à peculiaridade da globalização é sua estrutura mundial de poder, de suas classes sociais e grupos de poder transnacionais.

Berman (1989, p. 99) identifica na cultura moderna, associada ao processo do desenvolvimento do capitalismo desde suas origens, as ambiguidades das relações nas quais transitam o *bem* e o *mal*, que segundo sua interpretação, Marx teria captado como algo *maravilhoso e horripilante*:

[...] A imagética de Marx projeta uma aura de maravilhoso no mundo moderno: seus poderes vitais são fascinantes e arrebatadores [...] [e] expressam também [...] o sentido do terror.

Berman considera que, nas reflexões de Marx, tais ambivalências da modernidade já haviam sido apreendidas como os elementos que conformam o maravilhoso mundo moderno, miraculoso e trágico. Aterradores e demoníacos, na expressão literária de Goethe, sobretudo em Fausto, conforme analisa Berman nesta obra.

Os mesmos efeitos, amplificados pelas novas realidades temporais e espaciais do capitalismo do séc. XXI, falam do mesmo processo vital que desenvolvemos nos mecanismos *sociometabólicos* com a natureza, com a tecnologia e com o outro, desde os primórdios do capitalismo. Berman (1989, p. 100) observa que Marx mergulha no mais profundo do ser, onde mais nos sentimos “[...] carregados de energia anímica que amplifica todo o nosso ser [...]”, para mostrar que podemos ser “[...] sequestrados por choque e convulsões que ameaçam aniquilar-nos a qualquer momento.”

O capitalismo não varreu da face da terra o antigo regime sem lançar mão das promessas *das possibilidades luminosas*, enquanto impregnava a vida de ameaças, lutas, tensões, contradições em seus fluxos de *inexploradas correntes de incerteza e desconforto*. O certo é que, seja no texto do Manifesto Comunista de Marx, produzido em 1848; seja na análise que Berman realiza sobre ele, a burguesia é descrita como hábil em tirar proveito do caos, de destruição de bens materiais e imateriais. As crises que o capitalismo sempre provoca, seguem:

[...] numa espiral interminável, destruindo pessoas, famílias, corporações, cidades, porém deixando intactas as estruturas de poder da vida social burguesa [...] (BERMAN, 1989, 101).

O ritmo alucinante das inovações, a rapidez dos deslocamentos espaciais e temporais, as relações e interações abreviadas, o turbilhão de imagens e pensamentos, a impaciência com o inesperado e a provisoriade das relações e apegos a objetos, logo descartáveis, são características da modernidade que se reatualizam na atualidade, eternizada pelo texto-símbolo desse processo de destruição criativa: *tudo que é sólido desmancha no ar*, também identificada por Italo Calvino (1990) como expressão de uma realidade de *contingência efêmera*.

Em todo o mundo, as realidades sociais, espaciais e temporais têm se constituído, simultaneamente, tanto como locais, quanto globais,

sob o mesmo comando das novas tendências de mundialização do capital. Ianni (2003) já identificara que essa complexidade, que desafia a compreensão de manifestações não só políticas e sociais, mas também daquelas que provocam mudanças em outros aspectos da realidade, abrem um vasto cenário de tendências, condições, possibilidades etc. como se fossem decorrentes de um novo modo de produção e processo civilizatório. A transformação em curso nessa nova etapa do capitalismo arrasta atrás de si nova cultura no seio das relações sociais, absorve amplos setores sociais de empregos urbanos, num vitorioso avanço e aprofundamento das inovações tecnológicas e das respectivas mudanças sociais que o acompanham.

Alves (2013) caracteriza a lógica atual da dinâmica de acumulação de valor como um novo ciclo produtivo, que denomina *maquinofatura* e que consiste no novo modo do capitalismo produzir, que emerge nesse momento de mundialização de capital. Sua lógica encerra uma síntese de processos produtivos da manufatura (superexploração do trabalho vivo pela mais-valia absoluta) e da grande indústria (exploração da força de trabalho utilizando a mais-valia relativa), revolucionando a relação homem-máquina (ALVES, 2013).

Essa lógica deu origens a mutações na *morfologia social* do trabalho e no *sociometabolismo* do capital, impactando profundamente a constituição do mundo do trabalho e das relações sociais, incluindo nova forma de gestão que *captura a subjetividade do trabalho vivo* e o próprio Estado, estendendo, o raciocínio do autor. Constitui assim mais um ciclo de processos e produtos, necessidades e interesses. Mais uma série de máquinas preparadas para serem obsoletas e que afetam, coisificam e aniquilam pessoas, políticas e culturas: tudo que é sólido desmancha no ar, como Marx vaticinou.

3 VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ATUAIS

A forma atual que a mercadoria assume, impulsiona a submissão dos sujeitos a um

individualismo exacerbado e a sintomas narcísicos que passaram a caracterizar as atuais estruturas das relações sociais como refratárias às organizações de cunho mais coletivo. Atinge as relações mais íntimas de parentesco e interfere de forma significativa nas tarefas milenares da instituição familiar e nas relações pessoais, que envolvem cooperação, romance, amizade e educação das novas gerações.

Essa nova realidade passou a tensionar cada vez mais as relações humanas e sociais, gerando uma exasperação tal que, não raro, os conflitos transbordam os limites da razoabilidade e eclodem em violência. A violência social ganhou terreno à medida que passou a ser alimentada pela nova estrutura societária, que agrega tanto interesses privados legítimos, quanto àqueles ligados à economia ilegal, como a do tráfico de armas, drogas e outros (GENTILLI et al, 2004).

Potencializada pela ideologia individualista das políticas neoliberais, que veicula valores culturais de uma concepção imediatista de vida, as relações sociais tornaram-se num aprisionamento deste presente sem fim, no qual os sujeitos, cada vez mais isolados, veem seus laços de solidariedade se esgarçarem no *salve-se quem puder*.

A violência tornou-se uma das principais manifestações das relações sociais vulnerabilizadas. É a ponta final de uma sociabilidade exaurida. Na atualidade apresenta-se como um fenômeno tão recorrente, que parece não afetar mais as pessoas, a não ser que as toque bem proximamente.

As demonstrações de violência se manifestam em formas e expressões que se reportam às condições particulares de cada sociedade. Entretanto, como fenômeno de grande incidência e generalização na contemporaneidade, nos remete às condições estruturais do capitalismo atual, que afeta também os laços de confiança entre os sujeitos nas relações sociais, assim como nas famílias, reproduzindo contra os mais fracos a violência estrutural do poder das classes dominantes sobre os dominados.

A atual violência, com raízes na globalização, arrasta consigo os conflitos que gera

nas disputas de interesses econômicos geopolíticos sobre as relações sociais nos conflitos bélicos, por exemplo; assim como nas estruturas que articularam e desenvolveram a dominação política e a apropriação econômica em todo o planeta.

Conforme identifica Ianni (2003), a nova sociedade daí resultante traz em si a dinâmica que aponta para a complexidade civilizacional do desenvolvimento de uma sociabilidade carregada simbolicamente pelas marcas da violência e de sua disseminação. Nesse sentido, encontra-se intrinsecamente ligada à atual sociabilidade da sociedade do capital, constituindo-se ao mesmo tempo, dialeticamente, causa e efeito de si mesma, em decorrência de uma conjunção de fatores socioeconômicos, políticos e culturais que se conectam entre si, articulando e interagindo na concretização de condições de materialização de episódios violentos em diferentes regiões e áreas geográficas internacionais e nacionais.

Apesar dos fenômenos relativos à violência possuírem variáveis globais - se pensados na lógica da mundialização do capital e de sua expansão por toda a face do planeta -, a sua manifestação é melhor visualizada na existência cotidiana dos inúmeros conflitos que têm contribuído para o esgarçamento cada vez maior do tecido social, cuja concisão e rapidez, possibilitadas pelas novas formas de comunicação, transforma os acontecimentos numa presentificação que aumenta a sensação de risco percebido (GIDDENS, 1991) e de se viver de forma cada vez mais efêmera e provisória (BAUMAN, 2001).

A concretude da violência apresenta expressões múltiplas e complexas, se materializando de diferentes formas na sociedade, sempre opondo o poder do mais forte ou de força potencializada em diferentes graus de intensidade, tipos de danos que incidam direta ou indiretamente sobre a integridade física, moral, posses e situações simbólicas ou culturais de uma pessoa sobre outra, podendo se materializar como comportamentos de grupos sobre outros, de uma classe sobre outra e de uma nação sobre outras.

Discussões sobre violência no Brasil aludem a fenômenos tão dispare como consumo de drogas e narcotráfico; disputas de dominação e controle territorial do tráfico e de milícias; interesses de madeireiras ilegais, de grandes empreendimentos agrícolas e de áreas de biopirataria; contrabando de armas e produto e, até as relações exasperadas entre membros de uma mesma família discriminações étnicas, geracionais, de gênero e de opção sexual (WAISELFISZ, 2011).

Cada uma destas dimensões possui sua própria especificidade, assim como sua complexidade e singularidade. Porém, de forma geral, é possível detectar em cada uma dessas formas de expressão, indícios que permitem identificar um núcleo que pode ser atribuído a sua natureza universal e que está na origem do fenômeno, cujas imbricações podem ser identificadas como decorrentes das relações de produção e sociais atuais (GENTILLI; MONGIN; GOMES, 2004).

Tomada em sua totalidade, a violência não pode ser vista apenas como um elemento diferenciado a partir de suas manifestações fenomênicas, apesar de que alguns pesquisadores, devido a toda essa diversidade e complexidade que envolve as diversas práticas e formas de manifestação do fenômeno, referem-se a ela como *violências* (MINAYO, 2006).

No cotidiano brasileiro, a violência tem se traduzido em comportamentos que geram homicídios, violências autoinfligidas, agressões contra pessoas, acidentes de percurso, segregações diversas nos espaços urbanos, intolerâncias contra etnias/raças e homossexuais, abusos nas relações intrafamiliares contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e, na forma institucional, abusos de poder das instituições de promoção da ordem (BRASIL, 2001).

Para monitoramento e observação do fenômeno, o Brasil utiliza como principal indicador, o registro das mortes violentas, apesar de existirem ainda outras formas e manifestações, nem sempre notificadas, como as com lesões corporais, violência sexual, psicológica, a de ordem financeira ou patrimonial como roubos e furtos, negligência,

abandono, insultos, humilhações, entre outros, não tão contundentes como o indicador de mortalidade, utilizados nos Mapas da Violência do Ministério da Justiça (WAISELFISZ, 2013).

A violência é um fenômeno transversal à sociabilidade moderna, que vem se desenvolvendo também em escala mundial, de diversas formas envolvendo diferentes disputas territoriais, como as guerras e violência urbana, como a que acontece no Brasil. Entre 2004 e 2007 totalizou-se 62 conflitos armados no mundo. Destes, os 12 maiores geraram 81,4% do total de mortes diretas e vitimaram 169.574 pessoas. O surpreendente é que neste mesmo período morreram mais pessoas vítimas de homicídio no Brasil que nos conflitos anteriormente referidos. Waiselfisz (2013) registra 192.804 vítimas de homicídio por arma de fogo no Mapa da violência deste ano.

A partir do ano de 2003, o Brasil registra uma expansão da distribuição dos homicídios com características peculiares, mostrando a existência de dois processos concomitantes de desconcentração e disseminação dos homicídios: sua interiorização, quando as taxas de homicídios das capitais e dos grandes conglomerados metropolitanos começaram a estagnar e, em alguns casos, decrescer; espalhando-se pelo resto do país e nos diferentes estados brasileiros (WAISELFISZ, 2013), demonstrando como tem se agravado de forma exponencial a partir da década de 1980, a mesma década que marca o advento do neoliberalismo e a expansão da globalização em escala planetária.

Werner (2009), em sua tese de doutorado sobre o crime organizado transnacional, identifica que tais organizações criminosas estão associadas ao declínio da autoridade estatal em decorrência da globalização; cujas formas difusas de organização, orientadas para o mercado, possuem uma estrutura de poder errática que pode ser identificado como um novo ator político a compor o quadro de forças políticas internacionalmente.

Mesmo desconectados entre si, na imediaticidade de suas manifestações, a

violência cotidiana parece guardar relação com os desdobramentos culturais encetados pelos macros fenômenos sociais derivados do neoliberalismo, da globalização, do enfraquecimento do Estado-nação, da financeirização do capital.

Também se associam à cultura consumista e descartável dos bens materiais, aos estímulos imediatistas propiciados pelas novas formas de comunicação, às desigualdades de poder e status na apropriação de bens de consumo de massa, à ambígua relação de tolerância em relação ao uso de drogas legais e ilegais. Enfim, a violência atual protagoniza direta ou indiretamente, todas as contradições, conflitos e manifestações da civilização do capital na contemporaneidade.

Por sua complexidade e capacidade dinâmica e constante de se autotransformar, encontra-se no cerne da vida em sociedade, afetando a composição da economia ao associar o capital legal ao ilegal, o que influencia toda a estrutura produtiva e política da sociedade.

Tais aspectos podem ser observados tanto nas microeconomias ilegais, nas quais o tráfico de droga, por exemplo, tem se constituído em fonte de renda e inserção social de múltiplas famílias (ZALUAR, 2004), como tessitura da sociabilidade e da cidadania baseada tanto na injustiça social, no consumo de massa e na barbárie (ASSIS, 1999; SALES, 2007), quanto nas relações internacionais de poder, expressas nas guerras recentes e nas diversas formas de tráfico, como os de drogas, armas, seres humanos (NEGT; KLUGE, 1999; ZIEGLER, 2003).

No caso brasileiro, as principais vítimas são os jovens entre 15 a 29 anos. Em 1980 foram registrados 4.415 óbitos nessa faixa etária e em 2010 22.694, representando um aumento de 414% entre esses anos (WAISELFISZ, 2013).

Entre as mortes violentas, destacam-se aquelas praticadas por arma de fogo. Destas, aproximadamente 70% dos homicídios foram provocados por arma de fogo, registrando um crescimento de 502,8% no período. Os suicídios com armas de fogo cresceram 46,8% e as mortes por

acidentes com armas caíram 8,8% (WAISELFISZ, 2013).

Apesar de o Brasil ser um país sem presença de disputas políticas ou territoriais motivadas por conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça explosivos, sem disputas internacionais por territórios ou fronteiras, sem guerra civil declarada, assiste-se atontitamente a conflitos pré-políticos e enfrentamentos intolerantes de uns contra os outros que conseguem

[...] exterminar mais cidadãos pelo uso de armas de fogo do que muitos dos conflitos armados contemporâneos [...] [e em] uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século. (WAISELFISZ, 2013, p. 50).

Nesse contexto, os fatos apontam para uma significativa importância da cultura social e política, cujos preconceitos, estereótipos e desigualdades concretas nas relações de cidadania se associam às complexas contradições que envolvem os interesses presentes no Estado brasileiro, materializadas nas relações de poder de grupos políticos, interesses econômicos, corporações repressivas, sistema penal, cultura da impunidade e sistemas transnacionais de atividades ilegais, bem como seus distintos focos e interesses.

4 IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A inserção da economia brasileira na lógica do capital, conforme apontada acima, é que fornece uma explicação consistente para a *funcionalidade política* da Política de Assistência Social. Silva (2013, p. 87) é categórica ao identificar que a estratégia de crescimento econômico adotado na atualidade em face da globalização do capital e das medidas neoliberais, - que se desvelam no que se pode denominar *neodesenvolvimentismo* -, estaria intermediando “[...] as dinâmicas de transnacionalização e financeirização e de superexploração do trabalho.” Esta revelaria a face atual da justiça social, que renaturaliza a

questão social e promove ações focalizadas, “[...] sem promover redistribuição de riqueza e mantendo os custos de reprodução da superpopulação relativa no âmbito do trabalho.” (SILVA, 2013, p. 87).

Esse cenário descrito por Silva (2013) constitui o pano de fundo estrutural da violência no Brasil. Apesar de multifatorial, multidimensional e multicausal (conforme é apontada pela vasta literatura sobre o tema), trata-se de um fenômeno que, apesar de desafiar a todos por sua dimensão, decorre da mesma lógica estruturante da sociedade.

Este contexto de neodesenvolvimentismo da contemporaneidade, apesar de todo seu esforço de redução das desigualdades sociais, não consegue fazer frente à regulação neoliberal que conduz o Estado às regras de submissão aos interesses do mercado e seus ditames econômicos e políticos dominantes, segundo alusão de Netto (1996) ao *Estado capturado*. Tal aspecto acarreta a redução da intervenção do Estado, em forma de retração de suas ações e responsabilização no campo social, ao Estado-mínimo com significativos reflexos nas políticas públicas e na proteção social.

A desregularização e a flexibilização das formas de organização do trabalho adotadas pelo capitalismo contemporâneo contribuem para intensificar as múltiplas formas de expressão da questão social. Dentre elas, pode-se observar a violência, apresentando-se sobre diversificados prismas, cujas estratégias de enfrentamento tendem a ser formuladas por meio de políticas setorizadas, com viés de coação estatal, manifestas nas mais diversas formas de punição e repressão dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Voltando a reflexão para as recentes tentativas de redução da miséria e das desigualdades sociais pelo atual modelo econômico, pode-se verificar quão frágeis têm sido as medidas políticas para enfrentar situações de violência que estão contribuindo, há alguns anos, para a formulação de políticas de segurança pública focadas no controle de populações, estereotipadamente associadas ao banditismo, como tem sido o caso dos jovens negros

pobres nas periferias das cidades.

Autores como Carvalho e Calvacanti (2013) criticam a forma como as políticas públicas vêm sendo pensadas tradicionalmente pela política: seja pela análise das relações Estado, sociedade e governantes, seja pela reflexão a respeito das formulações e tomadas de decisão. A contribuição dos autores - que parece interessante para pensar a questão das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência -, encontra-se na reflexão sobre a gestão, tomada a partir de ações desenvolvidas por diferentes setores de governos de forma interativa desde sua formulação até a fase da implementação.

Apoiados nas reflexões de Junqueira e outros (2004), os autores criticam os excessos da setorialização e da fragmentação dos serviços, indicando os méritos de procedimentos intersetoriais no trato das políticas públicas com a articulação dos saberes, a reflexão sobre os processos, as agendas político-partidárias, particularmente no contexto da gestão e do planejamento. Realçam a capacidade dos procedimentos intersetoriais e interdisciplinares possibilitarem formular estratégias para a superação das contradições do modelo econômico em curso, apesar de apontarem para a existência concreta de dissensos operacionais das experiências concretas, processos organizativos e fluxos de serviços, conduzidos por diversas pessoas (CARVALHO; CALVACANTI, 2013).

Entretanto, a observação dos procedimentos intersetoriais e interdisciplinares demandam que sejam explicitados os impactos que realmente demonstram que as iniciativas mudarão o cenário em questão. Alencar (2013), apoiada numa revisão de literatura sobre avaliação de impacto das políticas sociais, conclui que os procedimentos avaliativos necessitam ser consolidados com atitudes coerentes e científicas para que sejam superadas as deficiências das atividades em curso.

Apesar dos avanços já possibilitados pela implantação de uma política social estruturada a partir do SUAS, a persistente associação do

conservadorismo cultural e político com as inovações tecnológicas e econômicas têm provocado no Brasil um jeito particular de dominação de classe e de organização política com sérias repercussões na forma de condução das relações políticas do Estado e sociedade, sobretudo nos aspectos referentes às contradições da democracia, às formas massivas de exclusão do sistema de cidadania, bem como na explosão de casos de violência registrados diariamente nos noticiários, desde o começo dos anos de 1990.

Na história brasileira, a modernização tecnológica sempre se associou ao conservadorismo na organização da vida econômica e política brasileira, reproduzindo-se nas diversas práticas da vida cotidiana, na política do atraso e até nas formulações das políticas sociais, evidenciando esta particularidade elitista como traço cultural ao longo da história política brasileira, que Martins estuda como decorrentes das [...] hesitações do moderno e contradições da modernidade no Brasil." (MARTINS, 2008, p. 17). A situação de violência, assim, revela a persistência de importantes elementos de herança colonial e patriarcal que resistem ao tempo e às mudanças da modernidade. Tais reminiscências encontram-se presentes em traços culturais que lidam com o fenômeno de forma tolerante e ambígua.

Se de um lado a sociedade democratizou-se, por outro, a tradição elitista da cultura política brasileira persiste influenciando as práticas sociais, que se encontram apoiadas nas profundas desigualdades sociais. Nesse sentido, torna-se importante chamar a atenção para o fato de que as especificidades da violência se encontram ancoradas num contexto conjuntural da sociedade brasileira em face da globalização, ao mesmo tempo em que estas se ligam a processos de longa data de subjugação dos setores dominados da sociedade, articulados à nossa tradição histórica de forma complexa e de difícil apreensão, conforme aponta Guimarães (1981), em sua já clássica discussão sobre as raízes da violência no Brasil.

Nesse sentido, as medidas econômicas de proteção à pobreza apesar de significativas para

estes segmentos, pouco representaram em termos de melhoria das condições de vida da sociedade como um todo, por não estarem associadas à generalização da organização de políticas públicas de emprego e renda e de políticas universalizantes para os direitos sociais, que são mediados pelas políticas públicas. Cabe aqui um destaque para a concepção de Pereira (2009, p. 288) para a qual políticas públicas são concebidas como algo que:

[...] envolve tanto o Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais quanto a sociedade no controle democrático desse atendimento [...]

O enfrentamento da violência demanda ações de fortalecimento dos direitos sociais, a serem desenvolvidas por meio de políticas públicas, complementares entre si, numa perspectiva de intersetorialidade e, sobretudo, firmadas na responsabilidade do Estado e na participação social dos seus usuários.

Outro aspecto importante pode ser identificado na forte desmobilização social das últimas duas décadas. Com o refluxo dos movimentos sociais como fator agregador do conjunto da sociedade, observa-se a dificuldade da sociedade no enfrentamento da violência, configurando uma realidade muito atroz para todos. Em face desta dinâmica, e pelas características da violência, as intervenções - no sentido de promover algum tipo de mudança nas práticas - , acabam sendo encaminhadas no âmbito dos atendimentos institucionais, por profissionais como enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais nas diversas situações em que atuam em equipes de saúde e de assistência, ao se depararem com tais situações.

Tráfico de drogas, de armas e demais elementos da economia ilegal, não estão circunscritos apenas aos âmbitos da criminalidade. Estes se imiscuem em diversos campos da moralidade, produzindo novos conflitos de interesse entre o Estado e diversos setores da sociedade. Muitas situações de violência acabam ocorrendo pela convivência ou

proximidade com as dinâmicas da economia ilegal. Muitas vítimas preferem o silêncio e pouco se sabe sobre tais situações. Sinal de que muito ainda há a se fazer em relação à justiça, à democracia e à cidadania no Brasil, tanto na construção de órgãos protetores de direitos dos cidadãos, quanto nos de recuperação dos traumas e sofrimentos físicos e mentais havidos.

Os processos de resistência social à violência têm sido poucos e os movimentos sociais têm um papel a ser desempenhado nesse âmbito, superando as restritas ações de segurança pública. Além disso, é possível desenvolver práticas profissionais, que lidem diretamente com os aspectos sociais do adoecimento, na atenção primária, na educação e na promoção à saúde.

Os profissionais que atuam na atenção básica de saúde, por exemplo, poderão contribuir com a construção de um processo de resistência contra a cultura da banalização da violência, ao indicarem em suas práticas, procedimentos que fortaleçam uma resistência cultural no sentido do fortalecimento da democracia, da cidadania e da justiça no Brasil.

Visando uma ação abrangente, no enfrentamento da violência, impõe-se a articulação das políticas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, habitação e transporte de modo intersetorial, cabendo uma perspectiva de educação como vetor transversal que, inserido nas demais políticas, consiga contribuir para a efetivação de uma educação social, não centrada na mera instrução, mas como uma prática social voltada para a formação da cidadania e potencializadora de alternativas dos segmentos populacionais socialmente excluídos que possibilite, no dizer de Ribeiro (2006, p. 171) “[...] redesenhar a sociedade.”

Por fim, trata-se, ainda, como bem expressa Martinelli (2011), de se trabalhar na perspectiva da efetivação de uma prática social de atenção e de enfrentamento às várias expressões da questão social, que se firma na adoção da ética da proteção social como direito, enquanto elemento fundante da cidadania.

5 CONCLUSÃO

Por sua complexidade, a violência tem sido considerada pelos diversos autores que a estudam como fenômeno transversal aos demais acontecimentos humanos e sociais. Além dos danos físicos, lesões, traumas e mortes que causa à saúde física, ela promove consequências também na subjetividade dos indivíduos e na cultura de uma sociedade.

Também se constitui em um grave fenômeno social, que arregimenta necessárias mudanças nas corporações de polícia e demandam consistentes medidas de segurança pública. A violência também tem sido tratada, por recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002), como um problema também ligado à saúde pública, devido ao fato dela incidir sobre a relação saúde e doença, constituindo-se como importante fator de mortalidade e morbidade das sociedades atuais, exigindo políticas e práticas específicas para prevenção, tratamento e organização dos serviços para o setor.

Mais que nunca, os processos políticos legitimadores do controle da ordem pública, que envolvem a justiça, a implantação de uma cultura de paz e da consagração de instrumentos legais de punição, controle, coerção e inibição da violência precisam ser assegurados no Brasil. A prática da tolerância cidadã por parte da sociedade necessita ser estimulada e um novo pacto de convivência precisa ser conduzido para que não se esgarcem os ténues vínculos civilizacionais precários, aguçados por conflitos de exclusão social e de desigualdade de classe na sociedade como um todo.

Para os segmentos sociais de mais baixa renda, e que se encontram em situação de exclusão social, a violência é ainda mais arrasadora. Nos processos de violência praticada contra adolescentes e jovens, as questões sociais se somam umas às outras, tornando ainda mais complexa e avassaladora as consequências da subalternização de classe, plena de episódios de pura barbárie.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. G. S. P. Em busca de referências conceituais para entender a avaliação de impacto. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 81-90, jan./jun. 2013.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ASSIS, S. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Zahar; 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília, DF, 2001. (Série Cadernos de Atenção Básica, n. 8).

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, R. N.; CALVACANTI, P. B. O debate recente sobre as políticas públicas: o caso da intersectorialidade numa perspectiva compreensiva. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 161-170, jan./jun. 2013.

GENTILLI, R. M. L.; MONGIN, A.; GOMES, A. Repercussões da nova ordem na eclosão da violência. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n.4, p. 35-39, jul./dez. 2004.

GIDDENS. A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1991.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

IANNI O. Raízes da Violência. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaios sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

JUNQUEIRA, L.A.; INOJOSA, R. M.; KAMATSU, S. A gestão da intersectorialidade das políticas sociais e o terceiro setor. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 13, n.1.

MARTINELLI, M. L. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade** São Paulo, ano XIX, n. 57, jul. 1998.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. [S. l.: s. n.] 1846. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf>. Acesso em: 4 maio 2014.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

_____; SOUZA, E. R. (Coord.) Brasil. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. P. 9-41.

NEGT, O.; KLUGE, A. **O que há de político na política?** São Paulo: UNESP, 1999.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

O'DONNELL, G. **Anotações para uma teoria do Estado**. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. Texto de aula apresentada na UNICAMP. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/ANOTACOES_PARA_UMA_TEORIA_DO_ESTADO_ODONNELL.pdf>. Acesso em: 5maio 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health**. Geneva, 2002. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/newsroom/2002/pr103/en.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

PEREIRA, P. A. P. Estado, sociedade e esfera pública. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**:

direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação e Sociedade** [online], Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, 2006.

SALES, M. A. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, S. S. S. Contradições da Assistência Social no governo neodesenvolvimentista e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2011**: os jovens no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari: 2011. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>> Acesso em 10 jun. 2013.

_____. **Mapa da Violência 2013**: mortes matadas por armas de fogo. São Paulo: Instituto Sangari. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf> Acesso em: 21 jun. 2014.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas**: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZIEGLER, J. **Os senhores do crime**: as novas máfias contra a democracia. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2003.

Raquel de Matos Lopes Gentilli

Assistente Social

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professora Adjunta da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

E-mail: raquel.gentilli@emescam.br
rgentilli@uol.com.br

Silvia Moreira Trugilho

Assistente Social

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Adjunto da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

E-mail: silviatrugilho@gmail.com

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2190, Santa Luiza.

- Vitória, ES

CEP: 29045402